

CADERNO DE ENCARGOS¹

ÍNDICE

1ª.	Objeto	2
2ª.	Prazo do contrato	2
3ª.	Obrigações principais do adjudicatário	2
4ª.	Local e condições da prestação de serviços	3
5ª.	Equipa a afetar à prestação de serviços.....	5
6ª.	Transferência de Propriedade.....	5
7ª.	Preço contratual	6
8ª.	Condições de pagamento	6
9ª.	Proteção de dados pessoais.....	8
10ª.	Penalidades contratuais	9
11ª.	Dever de sigilo.....	10
12ª.	Força maior	10
13ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante	11
14ª.	Resolução por parte do adjudicatário	11
15ª.	Foro competente	12
16ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual	12
17ª.	Comunicações e notificações	12
18ª.	Termos de desempenho ambientais.....	12
19ª.	Execução do contrato	12
20ª.	Direção e Fiscalização da Execução do Contrato	12
21ª.	Legislação aplicável	13
	Anexo A – Especificações técnicas	14

¹ Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

Cláusulas

1ª. Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de consultoria para a modernização da gestão do parque de máquinas e de equipamentos e para a modernização da gestão da frota.
2. Serão adjudicadas propostas pelos seguintes lotes, melhor identificados no Anexo A do presente caderno de encargos:
 - a. Lote 1 – Modernização da gestão do parque de máquinas e equipamentos;
 - b. Lote 2 – Modernização da gestão da frota e preparação para certificação tipo Move+.
3. A entidade adjudicante poderá, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), adjudicar uma proposta que combine a totalidade dos lotes 1 e 2 (doravante designado por Lote combinado), celebrando um contrato para a totalidade dos lotes individualmente considerados.

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato a celebrar, por lote, tem o seguinte prazo de vigência máximo, a contar da data nele aposta, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato:
 - a. Lote 1: 10 (dez) meses;
 - b. Lote 2: 18 (dezoito) meses.
2. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro e do previsto no número anterior, findo o prazo referido no n.º 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a. Execução dos serviços identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações constantes do Anexo A do presente caderno de encargos;
 - b. Entrega dos relatórios de execução mensal, para acompanhamento das intervenções efetuadas;
 - c. Entrega dos relatórios trimestrais, com evidência de resultados, comparativos e evolutivos.
2. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
 3. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
 4. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 5. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4ª. Local e condições da prestação de serviços

1. A execução dos serviços objeto do contrato será desenvolvida nas instalações do adjudicatário ou noutras instalações que venham a ser acordadas entre as partes.
2. Os serviços serão executados de acordo com as fases melhor descritas no Anexo A do presente caderno de encargos, e respetivos prazos contados a partir da outorga do contrato, nos seguintes termos:
 - a. Lote 1:
 - i. Manutenção preventiva: até 6 meses;
 - ii. Modernização do parque de máquinas (novas aquisições): até 10 meses;
 - iii. Definição/sistematização de procedimentos de controlo interno com vista à maximização da eficiência da gestão da frota, transversal a todo o período de vigência contratual.
 - b. Lote 2:
 - i. Implementação da digitalização do processo de verificação de viaturas: até 2 meses;
 - ii. Implementação de sistema de monitorização dos dados de sinistros: até 4 meses;
 - iii. Implementação de melhorias no procedimento de manutenção preventiva, em consonância com os requisitos da Certificação Move+: até 8 meses;

- iv. Definição de procedimentos que permitam monitorizar a relação eco-condução/pegada carbónica: até 10 meses;
- v. Definição e implementação de procedimentos de monitorização mais regular de alguns indicadores (condução, consumo de energia, eficácia da autonomia das viaturas, análise de eficiência da frota, custos com cedências de viaturas): até 14 meses;
- vi. Preparação para a certificação tipo Move+: até 18 meses;
- vii. Definição/sistematização de procedimentos de controlo interno, com vista à maximização da eficiência da gestão da frota: transversal a todo o período de vigência contratual.

3. O adjudicatário deve:

- a. Entregar até ao 5.º dia de cada mês, um relatório de acompanhamento mensal das intervenções efetuadas no mês transato, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, da cláusula 3ª do presente caderno de encargos, no qual deve constar a seguinte informação:
 - i. Ponto de situação dos entregáveis/objetivos definidos;
 - ii. Lista de todos os elementos da equipa que participaram nas tarefas desenvolvidas.
- b. Entregar até ao 10.º dia após cada trimestre de execução contratual, um relatório com evidências de resultados, comparativos e evolutivos.
- c. Todos os relatórios deverão ser validados pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 5 dias após a sua entrega, considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.
- d. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
- e. O adjudicatário dispõe de um prazo máximo de 3 dias, a contar da comunicação efetuada pela entidade adjudicante, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.
- f. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito, nos termos da cláusula 20.ª do presente caderno de encargos.
- g. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.
- h. Em sede de execução do contrato poderão ser acordados outros prazos de entrega dos relatórios previstos nas alíneas a) e b), mediante acordo entre as partes e sem prejuízo da execução das fases subsequentes, garantindo que o prazo máximo de vigência do contrato não é ultrapassado.

4. Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante, em formato presencial ou remoto.

5ª. Equipa a afetar à prestação de serviços

1. O adjudicatário deve constituir uma equipa afeta à execução dos serviços que cumpra com os seguintes requisitos mínimos:
 - a. A equipa, por lote individual (lote 1 e lote 2) deverá ser constituída no mínimo por 1 (um) elemento;
 - b. Em caso da adjudicação do lote combinado, a equipa deverá ser constituída no mínimo por 2 (dois) elementos;
 - c. Todos os elementos que constituem a equipa deverão ter a seguinte formação académica: Licenciatura, ou grau académico superior (mestrado ou doutoramento), nas áreas de gestão, engenharia (engenharia mecânica, mecatrónica, eletrotecnia) engenharia e gestão industrial ou similares;
 - d. Experiência profissional mínima de 2 anos, completos, de todos os elementos da equipa a ser alocada à execução do contrato, obtida nos últimos 10 anos, numa das seguintes áreas:
 - i. Experiência nas áreas de engenharia mecânica, mecatrónica, eletrotecnia ou similares;
 - ii. Experiência em gestão de máquinas e equipamentos e/ou viaturas, consoante o lote;
 - iii. Experiência em monitorização e análise crítica de indicadores e gestão de processos nas áreas referidas nos pontos i e ii;
 - iv. Experiência em certificação e auditoria nas áreas referidas nos pontos i e ii.
2. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos elementos que compõem a equipa, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência:
 - a. Apresentar a justificação fundamentada para a alteração do(s) elemento(s) da equipa;
 - b. Comunicar ao gestor do contrato designado pela entidade adjudicante o(s) novo(s) elemento(s), devendo o(s) novo(s) elemento(s) possuir(em), no mínimo, o mesmo grau académico e experiência do(s) substituído(s);
 - c. Certificado de habilitações, datado e assinado, que permita comprovar o grau académico e respetiva área do(s) elemento(s) a alocar à prestação de serviços;
 - d. Documentos comprovativos de experiência

6ª. Transferência de Propriedade

1. Com a entrega de todos os documentos resultantes da prestação de serviços objeto deste contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade, assim como dos direitos de utilização para a entidade adjudicante.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

3. O adjudicatário autoriza expressamente a adaptação dos documentos previstos no n.º 1, desde que tal se manifeste indispensável.

7ª. Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço mensal, por lote, constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço mensal máximo, não pode, em qualquer caso, ser superior a:
 - a. Lote 1: 1.250,00€/mês (valor sem IVA);
 - b. Lote 2: 1.875,00€ (valor sem IVA);
 - c. Lote combinado: O preço mensal máximo do lote combinado corresponde ao somatório dos preços máximos mensais expressos para os lotes individualmente considerados (lotes 1 e 2), no prazo de vigência previsto de cada um dos lotes em conformidade com o n.º 1 da cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos.
3. O resultado da multiplicação do preço mensal pelo prazo máximo de vigência admitido do contrato, não pode, em qualquer caso, ser superior aos seguintes valores máximos para cada um dos lotes, (valores sem IVA):
 - a. Lote 1: 12.500,00€;
 - b. Lote 2: 33.750,00€;
 - c. Lote combinado: 46.250,00€
4. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA² e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA³, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Para efeitos do número anterior as obrigações, por lote, consideram-se vencidas mensalmente, com a entrega e validação pela entidade adjudicante do relatório de acompanhamento mensal das

² Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

³ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

intervenções efetuadas no mês transato, a que se refere a alínea b), n.º 1 da cláusula 3.ª do presente caderno de encargos.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas devem ser emitidas em nome do Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto – Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
5. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
6. Nos termos do artigo 9.º n.ºs 3 e 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 30 de junho de 2021 para as pequenas e médias empresas⁴ e até 31 de dezembro de 2021 para as microempresas, definidas nos termos da Diário da República, 1.ª série www.dre.pt N.º 69, de 7 de abril de 2020 Pág. 11-(3) Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.
7. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido à faturação eletrónica⁵, nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: mporto@cm-porto.pt
8. Excecionalmente, caso não seja possível a utilização de correio eletrónico, as faturas poderão ser enviadas para o seguinte endereço postal: Apartado 4053, 4000-101 Porto.
9. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4, as faturas são pagas através de transferência bancária.

⁴ De acordo com o artigo 2º da Recomendação nº 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros; na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; e na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

⁵ Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos seus fornecedores, o Município do Porto contratualizou um serviço de apoio, que poderá ser solicitado através do seguinte endereço de correio eletrónico: fornecedores.saphety@saphety.com

9ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
 - d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
 - f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;

- i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
 3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
 4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

10ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento dos prazos de entrega previstos no n.º 3, da cláusula 4.ª do presente caderno de encargos, 0,22% do preço contratual, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário;
 - b. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 10% do preço contratual;
2. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 8 da presente cláusula.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
4. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
8. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista no n.º 2 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

11ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

12ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior, para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

13ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

14ª. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

15ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

17ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

18ª. Termos de desempenho ambientais

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

19ª. Execução do contrato

Os serviços serão executados mediante requisição da entidade adjudicante.

20ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:

- a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos.
 - b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos, de acordo com a 3.ª, 4.ª e 5.ª cláusula e com o Anexo A do presente caderno de encargos.

21ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Anexo A – Especificações técnicas

A frota da entidade adjudicante é composta por 247 viaturas em regime *renting* e 41 viaturas próprias (15 de mercadorias, 4 motociclos, 16 quadriciclos, 4 pesados de passageiros, 1 reboque e 1 pesado bibliocarro), acrescida de 800 máquinas e equipamentos.

1. **Lote 1** – Gestão do parque de máquinas e equipamentos

1.1. Objetivos: Dar uma resposta mais eficaz às exigências ambientais, assegurar um acompanhamento rigoroso da necessidade de investimento, bem como redefinir e implementar procedimentos de gestão do parque de máquinas e equipamentos, sendo que:

- a. Primeira etapa: Criação de procedimentos de acompanhamento e controlo de todas as tarefas inerentes à gestão corrente das atividades, bem como dos contratos relacionados.
- b. Segunda etapa: Orientação de todos os procedimentos e despesas para níveis de responsabilidade ambiental mais rigorosos, explorando também oportunidades de otimização de recursos.

1.2. Fases – atividades e resultados:

1.2.1. Manutenção preventiva, até 6 meses após outorga do contrato:

- a. Garantir implementação de sistema de conta horas de trabalho por máquina/equipamento;
- b. Verificar a operacionalidade dos aparelhos conta horas, dinamizando/automatizando a recolha de dados;
- c. Criar sistema de monitorização de horas de trabalho por máquina/equipamento (levantamento de horas já executadas por máquina);
- d. Definir tarefas *standard* por tipologia de máquinas (ex.: Apara-sebes, a cada 50 horas de trabalho, deverá substituir filtro de ar, velas, etc.);
- e. Sistematizar as tarefas por tipologia, integrando nos sistemas de controlo existentes;
- f. Desenvolver, em ferramenta informática existente, parâmetros de alarmística automática para verificação de máquina/equipamento em função do definido nas alíneas anteriores.

1.2.2. Modernização do parque de máquinas (novas aquisições), até 10 meses após outorga do contrato:

- a. Analisar novas tecnologias disponíveis no mercado (ex.: máquinas elétricas);
- b. Verificar aplicabilidade de novas tecnologias aos diferentes serviços e/ou tarefas;
- c. Propor plano de substituição de máquinas/equipamentos.

1.2.3. Definição/sistematização de procedimentos de controlo interno, com vista à maximização da eficiência da gestão da frota, durante todo o período de vigência contratual.

2. **Lote 2:** Gestão da frota automóvel e preparação para eventual certificação tipo MOVE+

2.1. Objetivos: Dar uma resposta mais eficaz às exigências ambientais, assegurar um acompanhamento rigoroso da necessidade de investimento, bem como preparar os serviços da entidade adjudicante para a eventual certificação tipo Move+, com resultados ambiciosos.

2.2. Quanto à eventual certificação tipo Move+:

- a. Primeira etapa: Levantamento de todas as condições existentes e implementação de todas as ações que se venham a identificar como necessárias para conduzir a uma gestão mais eficiente;
- b. Segunda etapa: Preparação para certificação efetiva, garantindo um resultado ambicioso, no que diz respeito a condições ambientalmente mais sustentáveis.

2.3. Quanto à frota automóvel:

- a. Primeira etapa: Criação de procedimentos de acompanhamento e controlo de todas as tarefas inerentes à gestão corrente da frota e dos contratos relacionados.
- b. Segunda etapa: Orientação de todos os procedimentos e despesas para níveis de responsabilidade ambiental mais rigorosos, explorando também oportunidades de otimização de recursos.

2.4. Fases – atividades e resultados:

2.4.1. Implementação da digitalização do processo de verificação de viaturas, até 2 meses após outorga do contrato;

2.4.2. Implementação de sistema de monitorização dos dados de sinistros, até 4 meses após outorga do contrato:

- a. Definição de relatórios mensais de distribuição de custos por Unidade Orgânica (UO);
- b. Análise de reincidências e necessidades de formação;
- c. Preparação de dados para partilha de informação com UO's.

2.4.3. Implementação de melhorias no procedimento de manutenção preventiva, p.e., verificar pressão dos pneus, alinhadas com os requisitos da Certificação Move+, até 8 meses após outorga do contrato;

2.4.4. Definição de procedimentos que permitam monitorizar a relação eco-condução/pegada carbónica, até 10 meses após outorga do contrato;

2.4.5. Definição e implementação de procedimentos de monitorização mais regular de alguns indicadores (*Condução, Consumo de energia, Eficácia da autonomia das viaturas, Análise de eficiência da frota, Custos com cedências de viaturas*), até 14 meses após outorga do contrato;



2.4.6. Preparação para a certificação tipo Move+, até 18 meses após outorga do contrato;

- a. Realizar levantamento de condições existentes relativamente aos requisitos;
- b. Estimar resultado de avaliação nas condições existentes;
- c. Propor medidas de otimização e procedimentos a implementar para dar cumprimento aos requisitos;
- d. Obter estimativa de resultado ambicioso (A ou superior).

2.4.7. Definição/sistematização de procedimentos de controlo interno, com vista à maximização da eficiência da gestão da frota, durante todo o período de vigência contratual.